

CORTE NO BRASILEM AÇÃO

Os novos cortes no Orçamento não vão poupar o Programa Brasil em Ação, a aposta do governo para retomar o crescimento. No esforço de ampliar o superávit primário (receitas maiores do que os gastos, sem contar as despesas com o pagamento de juros) para um patamar entre 3% e 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo precisará reduzir os recursos do programa, um elenco de 40 projetos que incluem investimentos na área social, na pavimentação de estradas e na modernização dos portos.

O FMI também está preocupado com a política de juros e quer acabar com o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), encarregado de definir limites máximos e mínimos das taxas básicas da economia. Com isso, o governo oficializaria a política que vem adotando nos momentos de crise: fixar as taxas de juros, no dia a dia, na venda de títulos públicos ao mercado.

A equipe da Fazenda passou o dia de ontem reunida verificando quais as áreas e os projetos do Brasil e Ação que terão suas verbas reduzidas. No Orçamento para 1999, aprovado no fim de janeiro pelo Congresso, o programa conta com R\$ 4,8 bilhões em investimentos federais. Segundo os técnicos, a ordem é concentrar os cortes em investimentos e obras, preservando dentro do possível as áreas sociais, como saúde e educação.

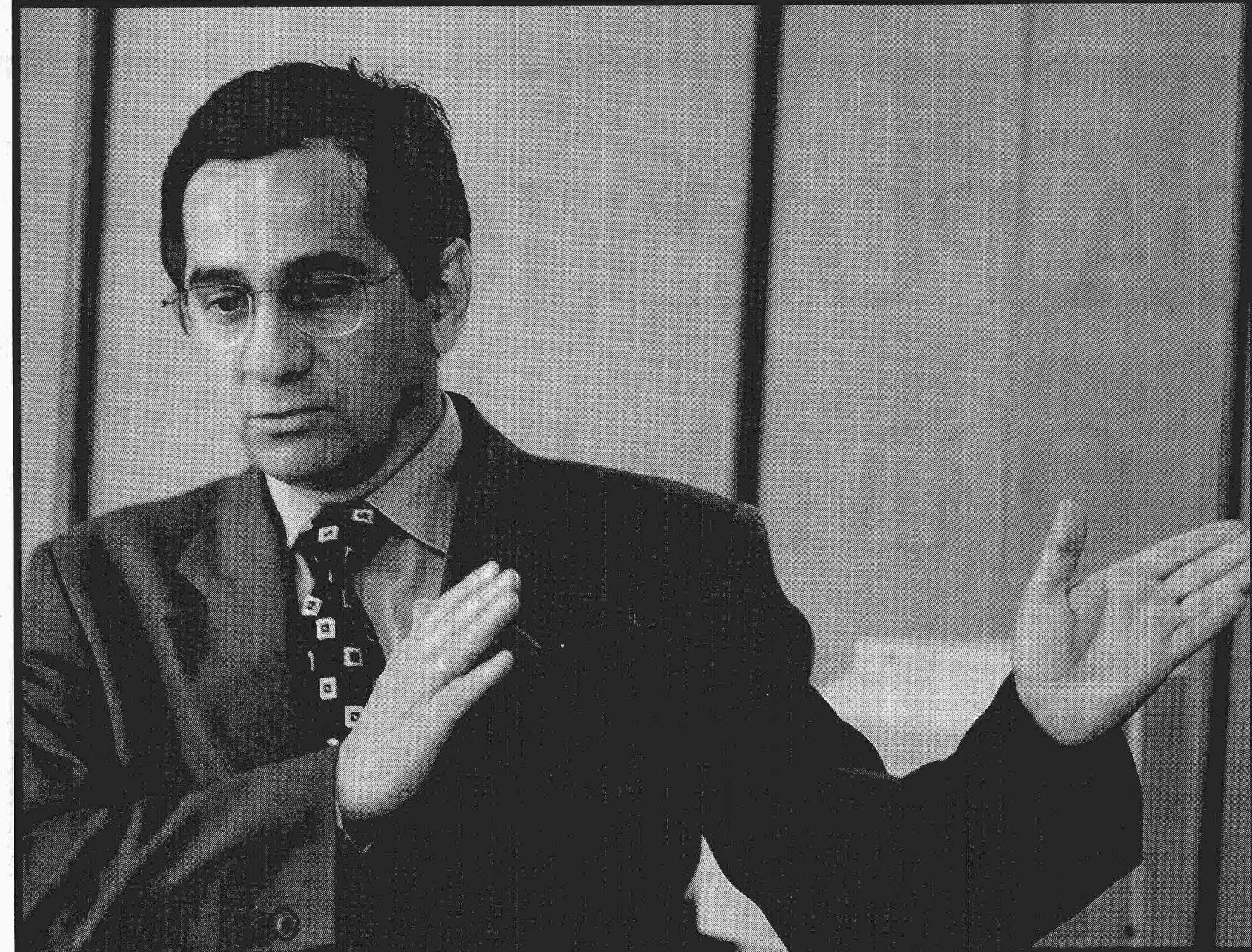
INFLAÇÃO

O valor dos cortes ainda não está definido, porque depende dos acertos finais com o FMI a respeito da meta de superávit e de outros objetivos, como a taxa de inflação esperada para este ano. A inflação vai ter um efeito favorável para o ajuste das contas públicas, pois representará uma diminuição do valor real das despesas do orçamento, que não são corrigidas, enquanto as receitas são atualizadas. Os cortes devem ser anunciados até o próximo dia 24, prazo legal para que o presidente Fernando Henrique sancione o Orçamento aprovado pelo Congresso.

O secretário-executivo do Ministério de Orçamento e Gestão, Martus Tavares, disse que o esforço do ajuste fiscal deve ser dividido entre todos: governo federal, estados, municípios e estatais. Segundo o secretário, há espaço nas estatais para novos cortes em custeio e investimento, mas ele não quis adiantar mais detalhes sobre as negociações com o FMI.

Ainda não se sabe como e quando o governo oficializará a nova política de juros negociada com o FMI. O

Edson Gênes 2-9-98



Martus: ajuste nas contas depende do esforço de todos, inclusive de estados e municípios. Nas estatais, há espaço para cortes em custeio e investimentos

Brasil usou o sistema de fixar a taxa no dia a dia no passado e vem recorrendo a esse modelo desde a crise asiática. A mudança para o mecanismo que estabelece limites mínimo e máximo para os juros foi feita em 1996, durante a gestão de Gustavo Loyola na presidência do BC. Foi instituído então o Copom, unicamente com a finalidade de, uma vez por mês, sinalizar taxas de juro de teto e piso para a negociação com os títulos públicos no mês seguinte. O objetivo era melhorar a capacidade de planejamento da economia ao dar ao mercado uma indicação de prazo mais longo sobre os juros. Em vez de um dia, a previsibilidade dos juros seria de um mês.

Esse prazo de um mês das taxas de juros básicas, porém, foi para os ares com a crise que veio de Hong Kong em outubro de 1997. O BC se assustou ao vender cerca de US\$ 10 bilhões em cinco leilões de dólar em um único dia, 28 de outubro daquele ano. "Tem momentos em que a gente não vê luz", disse o então presidente do BC, Gustavo

Franco, pouco depois do último leilão daquele dia. Dois dias depois, Franco convocou a primeira reunião extraordinária do Copom para jogar os juros na lua como forma de atrair capital estrangeiro.

COPOM

De lá baixaram aos poucos, até 19% em setembro de 1998. Mas, na esteira da crise da Rússia, outra reunião extraordinária do Copom desativou a taxa de piso e elevou a taxa de teto repentinamente para 50% ao ano. Ao longo do tempo, a periodicidade das taxas definidas pelo Copom também variaram para mais e menos de um mês.

O Brasil não chegou de fato a praticar juros de 50% ao ano para remunerar seus títulos públicos nem no auge da crise na Rússia. O motivo é que desde então a taxa básica está sendo dada na prática pelas operações de compra e venda de papéis feita diariamente pelo BC. O que o FMI quer é que essa forma de operar todo o dia no mercado seja a única, sem outros ele-

mentos que dificultem uma alteração mais rápida dos juros.

Nas reuniões em Washington dos dias 16 e 17 de janeiro, o final de semana seguinte à desistência do governo de controlar o ritmo de desvalorização do real, o FMI insistiu em que o então presidente interino do BC, Francisco Lopes, anunciasse uma alta de juros e começasse a operar com taxas mais altas já na segunda-feira.

Chico Lopes se recusou. Explorou que sozinho ele não teria autonomia para fazer isso. Pelas regras adotadas pelo BC, para decidir uma alta de juros era preciso reunir o Copom, formado por toda a diretoria do Banco Central e mais alguns chefes de departamentos estratégicos da instituição. Lopes disse ainda que, mesmo sendo presidente do BC, ele poderia ser votado vencido e não conseguir aumentar os juros.

A chefe da missão brasileira, Teresa Ter-Minassian não se conformou. "Mas não são todos funcionários públicos?", questionou.

Funcionários públicos têm que respeitar seus superiores. E valeu mesmo a hierarquia. Na manhã da segunda-feira 19 de janeiro, ainda de Washington, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, fez o que Lopes não quis fazer: anunciou que os juros iriam subir. Malan divulgou uma nota afirmando a necessidade de "um viés ascendente inicial" das taxas de juros.

Na mesma noite, o Copom se reuniu, já com Lopes no Brasil, e reafirmou a alta de juros. Desta vez, com números. A Taxa de Assistência do Banco Central (Tban), que funciona como teto de referência para os juros básicos, foi elevada de 36% para 41%. A Taxa Básica do Banco Central (TBC), a de piso, foi reduzida, de 29% para 25% mas o BC avisou que não iria mais considerá-la. Pela negociação de títulos do dia a dia, os juros básicos que estavam em 29% em 19 de janeiro estão agora em 39%.

É essa taxa, conhecida como Selic, que interessa ao FMI e ao mercado financeiro.